

# TOMÁS DE AQUINO E OS BÁRBAROS NA APOLOGIA DE LAS CASAS (C. 1-5)

Data de aceite: 02/06/2025

André Ricardo Randazzo Gomes

**RESUMO:** Neste artigo, procurarei mostrar como Bartolomeu de Las Casas (1484-1566) usa uma doutrina de Tomás de Aquino em uma parte de sua obra *Apologia*. Esta obra foi escrita por Las Casas para refutar quatro argumentos que um contemporâneo seu, chamado Juan Ginés de Sepúlveda, propôs para defender que as guerras dos espanhóis contra os índios eram justas. Pretendo mostrar como Las Casas usa a doutrina de Tomás de Aquino sobre o conceito de “bárbaro” ao tratar do primeiro argumento de Sepúlveda, que afirma que tais guerras são justas, porque os índios são bárbaros, incultos e escravos por natureza. Farei uma exposição dos textos pertinentes do *Comentário* de Tomás de Aquino à *Política* de Aristóteles e da *Apologia* de Las Casas. Concluirei dizendo que Las Casas conhece o essencial da doutrina de Tomás e tem a arte de prolongar a inspiração primordial do mestre.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bárbaro; Controvérsia; Guerra; Índio; Tomismo.

## THOMAS AQUINAS AND THE BARBARIANS IN LAS CASAS'S APOLOGIA (C. 1-5)

**ABSTRACT:** In this article, I will seek to show how Bartolomé de Las Casas (1484-1566) uses a doctrine of Thomas Aquinas in a part of his work *Apologia*. This work was written by Las Casas to refute four arguments that a contemporary of his, called Juan Ginés de Sepúlveda, proposed in order to defend that the wars of the Spanish against the Indians were just. I intend to show how Las Casas uses Thomas Aquinas's doctrine about the concept of “barbarian” in treating of the first argument of Sepúlveda, that affirms that such wars are just, because the Indians are barbarians, illiterate and slaves by nature. I will make an exposition of the pertinent texts of Thomas Aquinas's *Commentary* on Aristotle's *Politics* and of Las Casas's *Apologia*. I will conclude by saying that Las Casas knows the essentials of Thomas's doctrine and has the art of prolonging the master's primordial inspiration.

**KEYWORDS:** Barbarian; Controversy; Indian; Thomism; War.

## INTRODUÇÃO

Bartolomeu de Las Casas (1484-1566) é conhecido como o defensor dos índios. Ele foi um espanhol, membro da Ordem Dominicana, e bispo no continente americano. Ademais, ele escreveu muitos livros nos quais procura esclarecer como os espanhóis deveriam e como não deveriam relacionar-se com os índios que viviam nas terras recém-descobertas. Há alguns estudiosos<sup>1</sup> que examinaram o entendimento que Las Casas tinha a respeito da doutrina de Aristóteles sobre os “escravos por natureza”, que alguns adversários de Las Casas citavam para justificar que se fizessem guerras contra os índios. No entanto, há poucos estudos que exploram a compreensão que Las Casas tinha das doutrinas de Tomás de Aquino, que foi um ilustre dominicano.

Neste artigo, procurarei mostrar como Las Casas, em sua obra intitulada *Apologia*, usa uma doutrina de Tomás de Aquino sobre o conceito de “bárbaro” para refutar um determinado argumento que um contemporâneo seu, Juan Ginés de Sepúlveda, propôs para sustentar que as guerras contra os índios eram justas<sup>2</sup>. Sepúlveda escreveu um livro no qual apresenta quatro argumentos em favor de tais guerras. O primeiro argumento afirma que os índios são bárbaros, incultos, e escravos por natureza. O segundo, que os índios cometem os crimes de idolatria e contra a lei natural. O terceiro, que os índios praticam o sacrifício humano e o canibalismo. E o quarto, que a guerra contra os índios limpa o caminho para a pregação da fé cristã. Las Casas escreveu a obra *Apologia* para refutar esses quatro argumentos. Ela tem 63 capítulos. Procurarei focar os capítulos de 1 a 5, nos quais Las Casas trata inteiramente do primeiro argumento, fazendo menções a textos de Tomás de Aquino e a outros. Primeiramente, exporei um texto pertinente do *Comentário*<sup>3</sup> de Tomás de Aquino à *Política* de Aristóteles, e posteriormente, os textos pertinentes da *Apologia*. E então, farei minhas considerações finais.

Em todo este trabalho, usarei a tradução<sup>4</sup> em inglês da *Apologia* feita por Stafford Poole e intitulada *In Defense of the Indians: The Defense of the Most Reverend Lord, Don Fray Bartolomé de Las Casas, of the Order of Preachers, Late Bishop of Chiapa, Against the*

<sup>1</sup> HANKE, L. *Aristotle and the American Indians: A study in race prejudice in the modern world*. Bloomington & Londres: Indiana University Press, 1959; GUTIÉRREZ, J. L. *Aristóteles em Valladolid*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2007; TOSI, G. *Aristóteles e o Novo Mundo: A controvérsia sobre a conquista da América (1510-1573)*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2021.

<sup>2</sup> É possível distinguir quatro perspectivas sobre guerra e paz que foram propostas na história do cristianismo; sobre isso, ver: FAHEY, J. Uma visão geral de quatro tradições sobre guerra e paz na história cristã. *Perspectivas*, v. 8(3), 2023, 224-246.

<sup>3</sup> TOMÁS DE AQUINO. *Commentary on Aristotle's Politics*. Translated by Richard J. Regan. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2007. Tomás de Aquino só comentou uma parte da *Política*, a saber, o livro 1, o livro 2, e o livro 3 até o fim do capítulo 6. Consulte também: TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica. Volume 2*. Coordenação geral de Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira, OP. São Paulo: Edições Loyola, 2005. E usarei: ARISTÓTELES. *Aristóteles. Ética a Nicômaco. Os Pensadores*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo: Abril Cultural, 1984; ARISTÓTELES. *The Politics of Aristotle*. Translated, with introduction, analysis and notes by Peter L. Phillips Simpson. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.

<sup>4</sup> LAS CASAS, B. *In defense of the Indians. The defense of the most reverend lord, Don Fray Bartolomé de Las Casas, of the Order of Preachers, late Bishop of Chiapa, against the persecutors and slanderers of the peoples of the New World discovered across the sea*. Translated and edited by Stafford Poole. Foreword by Martin E. Marty. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1992.

*Persecutors and Slanderers of the Peoples of the New World Discovered Across the Seas - Em Defesa dos Índios: A Defesa do Reverendíssimo Senhor Dom Frei Bartolomeu de Las Casas, da Ordem dos Pregadores, Antigo Bispo de Chiapa, Contra os Perseguidores e Difamadores dos Povos do Novo Mundo Descobertos no Além-Mar.*

Há dois dominicanos que enfatizam que Bartolomeu de Las Casas conhecia bem as obras de Tomás de Aquino, incluindo a *Suma de Teologia*. São eles: o brasileiro Carlos Josaphat<sup>5</sup> e o espanhol Venancio Carro<sup>6</sup>. E há um autor americano, Thomas Francis Xavier Varacalli, que escreveu uma dissertação doutoral<sup>7</sup> na qual examina Bartolomeu de Las Casas como um filósofo político tomista. A dissertação argumenta que Las Casas intencionalmente se baseou na filosofia de Tomás de Aquino a fim de apresentar uma robusta antropologia filosófica que fosse capaz de defender a racionalidade e o autogoverno dos índios. Las Casas usa Tomás e a tradição clássica para refutar a noção de que os índios são escravos naturais, para sustentar a bondade inerente da política, para proteger os reinos indígenas das reivindicações imperiais e do poder direto do papado, e para condenar as guerras injustas na Conquista espanhola das Américas. O tomismo de Las Casas é particularmente importante, porque fornece uma alternativa ao seu grande contemporâneo Francisco de Vitória. Enquanto o tomismo de Vitória defende certos aspectos da Conquista através do direito das gentes, o tomismo de Las Casas conduz a uma condenação mais abrangente da Conquista. Uma das razões pelas quais o tomismo de Las Casas é singular é que Las Casas não aprendeu o tomismo a partir do sistema universitário. Ele nunca estudou em Paris ou Salamanca. Ao invés disso, recebeu sua instrução tomista em uma confraria dominicana. Embora Las Casas tivesse lido Vitória e correspondido com vários tomistas, ele não foi diretamente afetado pelas nuances da Escola de Salamanca. Ao invés disso, ele articula um novo tipo de tomismo.

A fim de apresentar o contexto histórico<sup>8</sup> em que a *Apologia* foi escrita, exporei a seguir o Sumário ou Argumento da obra que o próprio Las Casas colocou no início dela (pp. 7-9).

Em 1542, o imperador Carlos, rei da Espanha, foi informado de que os espanhóis estavam massacrando, oprimindo e escravizando os índios, os quais, por decreto do papa, pertencem ao império soberano de Castela e Leão. Por isso, ele convocou em Valladolid uma assembleia solene. Chamando vários homens especialistas e eruditos, encarregou-os de determinar se as atrocidades relatadas eram verdadeiras e de recomendar um plano adequado pelo qual tais males possam ser evitados. Por muitos dias esse assunto

<sup>5</sup> JOSAPHAT, C. *Paradigma teológico de Tomás de Aquino. Sabedoria e arte de questionar, verificar, debater e dialogar. Chaves de leitura da Suma de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2012.

<sup>6</sup> CARRO, V. Los postulados teológico-jurídicos de Bartolomé de Las Casas. Sus aciertos, sus olvidos y sus fallos, ante los maestros Francisco de Vitoria y Domingo de Soto. *Anuario de Estudios Americanos*, v. 23, 1966, 109-246.

<sup>7</sup> VARACALLI, T. F. X. *The Thomism of Bartolomé de Las Casas and the Indians of the New World*. Dissertação (Doutorado em Filosofia), Louisiana State University and Agricultural and Mechanical College, Baton Rouge, 2016.

<sup>8</sup> Para mais informações sobre tal contexto histórico, ver: HANKE, L. *All mankind is one: A study of the disputation between Bartolomé de Las Casas and Juan Ginés de Sepúlveda on the religious and intellectual capacity of the American Indians*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1974.

foi discutido em grandes debates, e ao final foram decretadas certas leis pelas quais as expedições militares contra os índios, que em espanhol se chamam conquistas, fossem proibidas. Ao mesmo tempo, foram dadas ordens para que fossem libertados todos os índios que haviam sido escravizados através dos *repartimientos* ou *encomiendas* (uma invenção satânica e inédita) quando a terra foi dividida. Ademais, todos os índios deveriam ser colocados sob a autoridade dos reis da Espanha, e os seus governantes naturais deveriam reter seu poder e jurisdição.

Essa iniciativa despertou a ira dos espanhóis cuja riqueza crescia através de seus atos de violência, roubo e pilhagem praticados contra os índios. Indignados, reclamaram que o imperador estava roubando a sua propriedade, como se esta fosse legítima. Como resultado, alguns deles se rebelaram contra o imperador. Outros procuraram homens de reputação erudita para atacar as leis imperiais com argumentos legais sólidos, a fim de convencer o imperador para que as leis fossem abolidas ou ao menos suspensas. E isso foi o que aconteceu com algumas leis, não porque fossem injustas, mas porque o imperador temia uma insurreição ainda mais violenta.

Esses espanhóis encontraram um defensor de sua opinião em um homem erudito, embora não erudito o suficiente, chamado Ginés Sepúlveda, o cronista real, que compôs um pequeno livro, embelezado com flores de eloquência, intitulado *Sobre As Justas Causas da Guerra*. Neste livro, ele ataca as Novas Leis, sem as citar explicitamente, e defende as guerras passadas e futuras dos espanhóis contra os índios e aprova a escravidão, isto é, a *encomienda*.

Sepúlveda propõe alguns argumentos falsos que favorecem os anseios mais gananciosos dos tiranos, distorcendo textos dos livros sagrados e das doutrinas dos filósofos e padres mais santos e sábios. Baseando-se nas falsas acusações feitas sobre os índios pelos inimigos deles, isto é, os espanhóis, ele falsamente difama a maior parte da raça humana que a providência divina espalhou pelas vastas extensões das Índias.

Quando soube que tal livro havia sido escrito por Sepúlveda e pôde ler um sumário em espanhol dele, o bispo de Chiapa escreveu a seguinte *Apologia* ou *Defesa* dos índios. Ele a dedicou ao príncipe Felipe, que na época foi nomeado por seu pai Carlos para governar este reino. A *Apologia* ou *Defesa* inclui a resposta aos quatro argumentos pelos quais Sepúlveda defende as expedições espanholas e os *repartimientos*. Quando o bispo refutou Sepúlveda na Universidade de Alcalá de Henares e toda ela condenou a opinião de Sepúlveda e a proibiu de ser publicada, a disputa entre o bispo e Sepúlveda chegou aos ouvidos do imperador. No ano de 1551, o imperador mandou que juristas e teólogos notáveis se reunissem com os membros do Conselho das Índias para ouvir o bispo e Sepúlveda e decidir o que seria melhor para o interesse público.

Primeiro, Sepúlveda teve a oportunidade de falar por um dia. E depois eles ouviram o bispo falar por cinco dias. O bispo leu a sua *Apologia* ou *Defesa* inteira, capítulo por capítulo. Finalmente, após muito debate, a comissão julgou que as expedições são malignas, ilegais,

injustas e, portanto, devem ser banidas no futuro. Entretanto, quanto aos *repartimientos*, eles não proferiram decisão, porque ainda havia rebelião de alguns opressores nos reinos do Peru, e outras províncias estavam num estado de confusão.

Isto posto, podemos começar o estudo<sup>9</sup>.

## 1 OS BÁRBAROS NO COMENTÁRIO À POLÍTICA

Nesta seção, irei expor o comentário que Tomás de Aquino faz sobre uma passagem da *Política* de Aristóteles. A passagem de Aristóteles é a seguinte:

Entre os bárbaros, entretanto, a mulher está na mesma posição que o escravo. Mas isso é porque não há ninguém entre os bárbaros que tenha a capacidade natural de governar, e a comunidade deles é de homem e mulher escravos. Portanto, “é sensato que os gregos governem os bárbaros”, dizem os poetas, supondo que ser bárbaro e ser escravo são por natureza a mesma coisa.<sup>10</sup>

Tomás de Aquino a comenta da maneira como se segue. Pode haver dúvida aqui sobre quem é chamado de “bárbaro”. Alguns chamam de bárbaros todos aqueles que não entendem a mesma língua. Outros chamam de bárbaros todos aqueles que não têm uma língua escrita que corresponda à sua língua falada. Por isso, dizem que Beda introduziu artes literárias na língua inglesa, para que o povo inglês não fosse considerado bárbaro. E ainda outros chamam de bárbaros aqueles que não são governados por nenhuma lei pública. E todas essas posições dizem algo de verdadeiro.

Entendemos a palavra “bárbaro” como “estranho” ou “estrangeiro”, e podemos chamar os seres humanos de bárbaros de modo absoluto ou então em relação a alguém. A razão, ou seja, a faculdade racional, é o que define os seres humanos, e aqueles que carecem de razão são absolutamente estranhos à humanidade, e assim chamamos aqueles que carecem de razão de bárbaros no sentido absoluto. Eles carecem de razão, seja porque vivem num clima tão intemperado que faz com que a maioria deles seja debilitada, seja porque há em certas terras um mau costume pelo qual os seres humanos se tornam irracionais e bestiais. Claramente, o poder da razão é o que faz com que leis sensatas governem os seres humanos e que os seres humanos sejam versados na arte da escrita. E assim, o fato de que os seres humanos não estabelecem leis, ou estabelecem leis insensatas, e o fato de que alguns povos não têm práticas literárias, são sinais que manifestam apropriadamente barbarismo.

Mas chamamos um ser humano de bárbaro em relação a outro quando um não se comunica com o outro. E a natureza constitui especialmente os seres humanos para se comunicarem um com o outro pelo discurso. E assim, podemos chamar aqueles que

<sup>9</sup> Outra obra de Las Casas que é relevante ao assunto deste artigo é: LAS CASAS, B. *Liberdade e justiça para os povos da América. Oito Tratados Impressos em Sevilha em 1552. Obras completas II*. Coordenação geral, introduções e notas de Frei Carlos Josaphat. Tradução de Hélio Lucas et al. São Paulo: Paulus, 2010. O segundo tratado, contido nessa coleção, consiste na Disputa ou Controvérsia entre Las Casas e Sepúlveda tal como foi resumida pelo dominicano Domingo de Soto, que testemunhou tal debate público.

<sup>10</sup> *Política*, livro 1, capítulo 2, 1252a34-1252b9. Tradução feita por mim a partir do texto de Peter Simpson.

não entendem o discurso do outro de bárbaros em relação ao outro. Mas Aristóteles está falando aqui sobre aqueles que são bárbaros no sentido absoluto<sup>11</sup>.

## 2 TOMÁS DE AQUINO E OS BÁRBAROS NA APOLOGIA (C. 1-5)

Nesta seção, irei expor o conteúdo de uma parte da *Apologia* de Bartolomeu de Las Casas, abrangendo os capítulos de 1 a 5 dessa obra. Nessa parte, Las Casas procura refutar o primeiro argumento de Juan Ginés de Sepúlveda. De acordo com Las Casas, no resumo que faz da posição inteira de Sepúlveda (pp. 11-16), tal argumento tem seis pontos, que são como se segue.

(1) Os povos indígenas são bárbaros, não instruídos nas letras e na arte do governo, completamente ignorantes, insensatos e incapazes de aprender qualquer coisa que não sejam as artes mecânicas. São afundados no vício, cruéis e de tal caráter que, por natureza, devem ser governados por outros. Afirmações como essas foram feitas sob juramento por pessoas que viveram com eles. Isso também pode ser lido no livro de Oviedo intitulado *História Geral das Índias*, que foi aprovado pelo Conselho das Índias (p. 11).

(2) Pela lei natural, os índios são obrigados a obedecer àqueles que são superiores em sabedoria, conhecimento e virtude, do mesmo modo como a matéria se submete à forma, o corpo à alma, o sentido à razão, os animais aos seres humanos, as mulheres aos homens, as crianças aos adultos, os imperfeitos aos mais perfeitos, os piores aos melhores, os mais vis aos mais preciosos, para a vantagem de ambos. Essa é a ordem natural, que a lei eterna e divina comanda que seja observada (p. 11-12).

(3) Se os índios, uma vez avisados, recusarem-se a obedecer essa soberania legítima, eles podem ser forçados a obedecê-la, para o seu próprio bem, pelo recurso aos terrores da guerra. Essa guerra será justa, pela lei civil e natural, como se lê na *Política* do filósofo Aristóteles, que é seguido por muitos filósofos e grandes teólogos, como Tomás de Aquino (p. 12).

---

<sup>11</sup> *Comentário à Política*, livro 1, lição 1, n. 9: "But there can be doubt here about who are called foreigners. For some call all those who do not understand the same language foreigners. And so also the Apostle in 1 Cor. 14:11 says: 'If I do not know the meaning of words, I shall be a foreigner to the speaker, and the speaker a foreigner to me'. And others seem to call those who have no written language corresponding to their dialect foreigners. And so also people say that Bede introduced literary skills into the English language so that the English people would not be considered foreigners. And to others, it seems that foreigners are those who are not ruled by any public laws. And all these things approach the truth in a way.

For we understand the Greek word for non-Greek [*barbaros*] to mean something foreign, and we can call human beings foreigners either absolutely or in relation to someone. Those who lack reason, by which we define human beings, seem absolutely foreign to the human race, and so we call those who lack reason foreigners in an absolute sense. They lack reason either because they happen to live in a climate so intemperate that it causes most of them to be dim-witted, or because there is an evil custom in certain lands whereby human beings are rendered irrational and brutish, as it were. And it clearly comes from the power of reason that reasonable laws govern human beings, and that human beings are practiced in the art of writing. And so the fact that human beings do not establish laws, or establish unreasonable laws, and the fact that some peoples have no literary practices are signs that appropriately manifest barbarism.

But we call a human being a foreigner in relation to another when the one does not communicate with the other. And nature especially constitutes human beings to communicate with one another by speech. And so we can call those who do not understand one another's speech foreigners in relation to one another. But Aristotle is speaking here about those who are foreigners absolutely."

(4) Em todo lugar do mundo, vemos que os melhores reis e os estados bem organizados indicam seus homens mais sábios e mais excelentes para a administração do governo. Esse costume universal é considerado ser uma lei da natureza, e todas as leis naturais derivam da lei eterna. Agostinho costuma dizer que, se uma pessoa se recusa a fazer o que é bom para si mesma e é obrigada a agir pelo seu próprio bem, é justo forçá-la a fazer isso, ainda que se recuse (p. 12).

(5) Os romanos subjugaram com justiça as outras nações do mundo. Deus quis que a maior parte do mundo viesse a estar sob o domínio romano, para que ela pudesse ser governada de modo mais justo pelo governo de um povo sábio que estima a justiça (p. 12-13).

(6) Mesmo que esses bárbaros, isto é, os índios, não careçam de capacidade, com maior razão eles devem obedecer e ouvir os comandos daqueles que podem ensiná-los a viver como seres humanos e fazer as coisas que são benéficas para a sua vida presente e futura (p. 13).

Passarei agora a expor os pontos essenciais da resposta de Las Casas a Sepúlveda, mostrando as menções que Las Casas faz a Tomás de Aquino.

Capítulo 1. Existem quatro tipos de bárbaros, de acordo com Aristóteles nos livros 1 e 3 da *Política* e no livro 7 da *Ética a Nicômaco*, e de acordo com Tomás de Aquino e outros doutores em vários lugares (p. 28).

O primeiro tipo de bárbaro é entendido em um sentido impreciso e amplo da palavra e significa qualquer homem cruel, desumano, selvagem e impiedoso, que age contra a razão humana movido pela ira ou por disposição nativa, de tal modo que, deixando de lado a decência, a suavidade e a moderação humana, torna-se duro, severo, irascível, insuportável, cruel e afunda-se cegamente em crimes que só as feras mais selvagens da floresta cometeriam. Aristóteles se refere a esse sentido de bárbaro quando afirma que, assim como o homem que obedece a reta razão e leis excelentes é superior a todos os animais, assim também o homem que se desvia do caminho da reta razão e da lei é o pior e mais desumano de todos os animais<sup>12</sup> (pp. 28-29).

Boécio (*A Consolação da Filosofia*, livro 1, prosa 4) se refere a esse sentido de bárbaro quando descreve os cortesãos do tirano Teodorico, que tinham uma ganância selvagem e insaciável (p. 29).

O *Segundo Livro dos Macabeus* (15:1-2) também menciona esse sentido, ao relatar que alguns judeus pediram ao déspota Nicanor para não matar os homens de Judas Macabeu de maneira tão bárbara e selvagem (p. 29).

Isidoro (*Etimologias*, 14, 4) usa esse sentido ao afirmar que os citas são bárbaros, por causa de suas práticas selvagens e desumanas (p. 29).

Os espanhóis não desconhecem tais práticas, pois nas coisas absolutamente desumanas que fizeram contra os índios, superaram todos os outros bárbaros (p. 29).

<sup>12</sup> *Política*, livro 1, capítulo 2, 1253a29-1253b1: "Pois, assim como os seres humanos são os melhores de todos os animais quando aperfeiçoados, assim também são os piores quando divorciados da lei e do direito". Tradução feita por mim a partir do texto de Peter Simpson.



Pertencem a essa classe de bárbaros todos aqueles que, movidos pela ira, pelo ódio ou outro sentimento forte, defendem algo violentamente, esquecidos completamente da razão e da virtude. Gregório Magno (*Cartas*, 2, 69) se refere a isso, assim como Graciano (c. 10, d. 63) (pp. 29-30).

Capítulo 2. O segundo tipo de bárbaro é entendido no sentido que inclui todos aqueles que não têm uma língua escrita que corresponda à língua falada e, assim, não sabem expressar nela o que dizem. Por isso, eles são considerados incultos e ignorantes das letras e da erudição. Como Tomás de Aquino menciona<sup>13</sup>, há o exemplo do Venerável Beda, que escreveu em inglês sobre todas as artes liberais, para que o seu povo inglês não fosse considerado bárbaro (pp. 30-31).

Nesse sentido, chama-se de bárbaro aquele que, por causa da diferença de sua língua, não entende o que o outro lhe fala. Assim, Paulo diz de si mesmo: “Porém, se desconhecer o sentido das palavras, serei um estrangeiro para quem me fala e ele será também um estrangeiro para mim” (1 Cor. 14:11). Esse sentido de bárbaro é restrito (relativo) e não absoluto (p. 31).

Com esse sentido, São João Crisóstomo (*Homilia sobre Mateus*, c. 2) chama os reis magos de bárbaros e acrescenta que a estrela que eles seguiram conduzia não simplesmente quaisquer bárbaros, mas aqueles que se destacavam pela sabedoria. Isso mostra que um povo pode ser bárbaro e, ainda assim, ser sábio, corajoso, prudente e levar uma vida estabelecida (p. 31).

Nos tempos antigos, os gregos chamavam os romanos de bárbaros, e os romanos chamavam os gregos e outras nações do mundo de bárbaros. Portanto, fica claro que, no livro 1 da *Política*, Aristóteles não está se referindo a esse sentido, quando escreve que os bárbaros são escravos por natureza e não têm a habilidade de se governarem a si mesmos e aos outros. No entanto, ele usa esse sentido no livro 3 da *Política*, onde, ao discutir os quatro tipos de reis e reinos, coloca os reinos bárbaros em segundo lugar. Embora ele diga que os governantes deles são como tiranos, ele sustenta que são governantes hereditários e segundo a lei, em conformidade com o costume do país. Os súditos deles são tão virtuosos, que aguentam as exigências, os impostos, as cargas e os trabalhos que os governantes lhes exigem, mesmo que sejam pesados. Aristóteles também escreve que esses reinos são mais estáveis e seguros que os outros, pois os seus súditos amam e protegem o governante que os governa de acordo com as práticas do país (pp. 31-32).

Eis o que Aristóteles afirma:

Além desse, há outro tipo de monarquia, as monarquias que existem entre alguns bárbaros. Estas têm poder como as tiranias e existem por lei e hereditariedade dos ancestrais. Pois os bárbaros são por natureza mais servís em seu caráter do que os gregos, os asiáticos mais do que os europeus, então se submetem ao governo despótico sem queixa. Assim, esses reinos são tirânicos porque despóticos, porém estáveis porque são ancestrais e de

<sup>13</sup> *Comentário à Política*, livro 1, lição 1, n. 9, examinado acima.



acordo com a lei. Pelo mesmo motivo, a sua guarda também é régia e não tirânica, pois os reis são protegidos pelas armas dos seus cidadãos, mas os tiranos o são pelas dos estrangeiros. A razão é que os primeiros governam de acordo com a lei e sobre súditos voluntários, ao passo que os últimos governam sobre súditos não voluntários. Consequentemente, os reis formam a sua guarda a partir dos cidadãos, mas os tiranos empregam a sua guarda contra os seus cidadãos. Eis aqui, portanto, dois tipos de monarquias.<sup>14</sup>

O terceiro tipo de bárbaro é entendido no sentido próprio e estrito e inclui aqueles que, seja por causa de seu caráter malvado e maligno ou por causa da esterilidade da região em que vivem, são cruéis, selvagens, estúpidos e estranhos à razão. Não são governados por lei ou direito, não cultivam amizades e não têm estado ou comunidade politicamente organizada. Em vez disso, vivem sem governante, sem leis, e sem instituições. Não contraem casamento segundo uma forma estabelecida e não realizam comércio civilizado. Não compram, não vendem, não contratam, não fazem contratos, não emprestam. Enfim, não fazem nenhum dos contratos regulados pela lei das nações. Vivem espalhados e dispersos, nas florestas e nas montanhas, satisfeitos com seus companheiros apenas, como os animais (p. 32).

Esses são bárbaros no sentido estrito e absoluto da palavra, tais como os que viviam talvez no país que foi chamado de Barbária. Eles carecem do raciocínio e do modo de vida adequados aos seres humanos e das coisas que todos os homens habitualmente aceitam. Aristóteles discute esses bárbaros e os chama de escravos por natureza, porque eles não têm governo natural, nem instituições políticas, e não se submetem a ninguém e não têm um governante. Certamente, ninguém entre eles tem a habilidade requerida para o governo, e não há entre eles sagacidade mental ou retidão de juízo. Em consequência, eles não querem escolher para si mesmos um governante que os vincularia à virtude sob o governo político. Não têm leis que temem e pelas quais todas as suas atividades são reguladas. Não há ninguém para avaliar os bons atos, para promover a virtude ou restringir o vício por meio de penas. Não se importando com a vida em sociedade, vivem uma vida muito parecida com a dos animais brutos. Como eles são muito inferiores aos outros homens em capacidade intelectual e comportamento, são inclinados a prejudicar os outros. São rápidos para lutar, briguentos, ávidos pela guerra e inclinados a todo tipo de selvageria. Vivem das suas presas, como bestas e aves selvagens. Assim, só são naturalmente livres em seu lar, onde não têm ninguém para governá-los (p. 33).

Contra esses, Aristóteles cita a repreensão que Homero faz sobre uma certa pessoa que ele chama de insociável, por causa de sua má disposição, e isolada, sem ninguém vivendo por perto, porque tem traços que a tornam incapaz de estabelecer ou continuar qualquer amizade ou associação próxima. Chama-a de sem lei, porque não se submete ao governo da lei. Chama-a de inquieta e rebelde, e finalmente malvada e criminosa, porque é incapaz de adequar seus atos aos ditados da razão. Assim, ávida por batalhas e brigas,

<sup>14</sup> *Política*, livro 3, capítulo 14, 1285a16-1285a30. Tradução feita por mim a partir do texto de Peter Simpson.

torna-se pronta e rápida para todos os males. Vemos tudo isso em aves de rapina que não voam junto com um bando (p. 33).

As seguintes palavras de Aristóteles se aplicam a esse tipo de homem:

[...] qualquer um que, por natureza e não por acaso, não pertença a uma cidade, é ou um tipo depravado, ou melhor que um ser humano. Ele é como aquele repreendido por Homero como "sem clã, sem lei sagrada, sem lar". Pois alguém que seja assim por natureza é ao mesmo tempo ávido pela guerra, como uma peça solitária de damas.<sup>15</sup>

Bárbaros desse tipo são raros em qualquer parte do mundo e são poucos, quando comparados com o resto da humanidade, como Aristóteles observa no início do livro 7 da *Ética a Nicômaco*<sup>16</sup>. Homens dotados de virtude heroica, chamados de heróis, são igualmente raros (pp. 33-34).

Las Casas cita algumas obras de Aristóteles<sup>17</sup> para confirmar a sua afirmação de que, na maioria dos casos, a natureza produz o que é melhor e mais perfeito; e raramente as causas naturais deixam de produzir os efeitos que derivam da sua natureza. Raramente um homem nasce aleijado, cego ou com um olho só. Toda criatura gera perfeitamente o que é semelhante a si mesma e o que é da sua mesma espécie. A razão para isso é que as obras da natureza são as obras do Supremo Intelecto que é Deus<sup>18</sup>. Está de acordo com a providência e bondade divina que a natureza, sempre ou na maioria dos casos, produza o melhor e o mais perfeito, e raramente e excepcionalmente o imperfeito e o pior<sup>19</sup> (p. 34).

Portanto, o tipo de bárbaro que é selvagem, imperfeito e o pior dos homens, é um erro da natureza ou uma anomalia na natureza racional. Como a providência divina provê e guia uma natureza racional de uma maneira superior às outras criaturas, não apenas quanto à espécie, mas também quanto a cada indivíduo, segue-se que seria impossível encontrar em uma natureza racional tal anomalia ou erro da natureza, ou seja, alguém que não corresponda à noção comum de homem, exceto muito raramente e em casos muito menos numerosos que em outras criaturas. O Deus bom e todo-poderoso, em seu amor pela humanidade, criou todas as coisas para o uso do homem, dotou o homem de muitas qualidades, guia as suas ações, ilumina a sua mente e o dispõe para a virtude de acordo com a habilidade dada a ele. Assim, segue-se necessariamente que uma natureza racional, que recebe o seu poder apenas do criador, deve incluir homens que, por regra, são dotados com os melhores dons de sua natureza e raramente são lerdos ou bárbaros. Se a natureza faz isso para os animais, faz o mesmo para o homem. E é pelo intelecto que a natureza faz o homem mais perfeito do que os animais (p. 35).

<sup>15</sup> *Política*, livro 1, capítulo 2, 1253a1-1253a7. Tradução feita por mim a partir do texto de Peter Simpson.

<sup>16</sup> *Ética a Nicômaco*, livro 7, capítulo 1, 1145a25-1145a35: "Ora, como é raro encontrar um homem divino - para usarmos o epíteto dos espartanos, que chamam um homem de "divino" quando lhe têm grande admiração - também o tipo brutal é raramente encontrado entre os homens. Existe principalmente entre os bárbaros, mas algumas qualidades brutais são também produzidas pela doença ou pela deformidade; e também damos esse mau nome àqueles cujo vício vai além da medida comum".

<sup>17</sup> *Do Céu*, livro 2, capítulo 5; *Da Juventude e da Velhice*, capítulo 1; *Retórica*, livro 1, capítulo 10.

<sup>18</sup> *Das Causas*, capítulo 16.

<sup>19</sup> *Comentário de Tomás de Aquino às Sentenças*, livro 2, d. 34, q. 1, a. 8, corpo e ad 2.

Somente alguém que seja irreverente a Deus e despreze a natureza ousaria escrever que números incontáveis de nativos no além-mar são bárbaros, selvagens, incivilizados e lerdos, quando, se avaliarmos com um juízo exato, são mais numerosos que todos os outros homens. Os bárbaros que carecem do conhecimento da verdade, que é o bem do intelecto e é um bem proporcionado à condição comum da natureza racional, são anomalias da natureza racional e só podem ser muito raros em cada parte do mundo e em qualquer lugar entre as nações. Como o amor de Deus pela humanidade é muito grande e é sua vontade salvar todos os homens, está de acordo com a sua sabedoria que em todo o universo (que é perfeito em todas as suas partes) a sua suprema sabedoria brilhe mais na coisa mais perfeita: a natureza racional. Portanto, os bárbaros do terceiro tipo são raríssimos, pois com tais dotes naturais eles não podem buscar Deus, nem conhecê-lo, nem amá-lo, e nem têm aptidão para a doutrina e nem para realizar os atos de fé e de amor (pp. 35-36).

Se acreditarmos que uma enorme parte da humanidade é bárbara, isso significaria que o plano de Deus foi ineficaz na maior parte, com tantos milhares de homens desprovidos da luz natural que é comum a todos os povos. E assim haveria uma grande redução na perfeição de todo o universo, algo que é inaceitável para qualquer cristão. Tomás de Aquino afirma que é por essa razão que Deus criou imensos números de anjos, muito maiores do que seres materiais. A razão para isso é que a perfeição do universo é o objetivo principal de Deus na criação das coisas; e, assim, quanto mais perfeitas algumas coisas são, tão mais abundantes elas são criadas por Deus<sup>20</sup>. Ademais, Tomás de Aquino também ensina que muito mais anjos permaneceram no céu do que decaíram, pois o pecado é contrário à inclinação natural, e o que é contra a ordem natural ocorre com menor frequência, porque a natureza alcança os seus efeitos sempre ou na maioria das vezes<sup>21</sup> (p. 36).

Capítulo 3. Em sua maioria, os homens são inteligentes, providentes, diligentes e talentosos, de tal modo que é impossível que uma região inteira ou um país inteiro seja lerdo, estúpido, tolo, ou que sofra de semelhantes defeitos naturais ou anormalidades. Las Casas afirma que isso foi discutido mais completamente em seu tratado *O Único Modo de Atrair Todos os Povos à Verdadeira Religião*<sup>22</sup> (livro 1, capítulo 1) (p. 38).

Para aqueles que são bárbaros no sentido estrito e absoluto, devemos aplicar aquilo que Aristóteles diz na *Política*, isto é, que eles devem ser governados pelos gregos, ou seja, por aqueles que são mais sábios, pois a natureza os torna escravos, por causa de sua estupidez e brutalidade. Como são muito afastados do que é melhor na natureza humana, devem ser governados por outros, para que possam ser ensinados a viver de maneira

<sup>20</sup> *Suma de Teologia*, I, q. 50, a. 3, corpo: "Tendo Deus a perfeição do universo como finalidade principal na criação, quanto mais perfeitas são algumas coisas, em tanto maior abundância Deus as criou". Ver também *Comentário às Sentenças*, livro 2, d. 3, q. 1, a. 3; e *Suma Contra os Gentios*, livro 2, c. 92.

<sup>21</sup> *Suma de Teologia*, I, q. 63, a. 9, corpo: "Mais anjos permaneceram do que pecaram, porque o pecado é contrário à inclinação da natureza; e as coisas feitas contra a natureza acontecem em poucos, porque a natureza alcança sempre ou quase sempre seu efeito".

<sup>22</sup> LAS CASAS, B. *Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião. Obras completas I*. Coordenação geral, introduções e notas de Frei Carlos Josaphat. Tradução de Noelia Gigli e Hélio Lucas. São Paulo: Paulus, 2005.

humana e civilizada. E como são geralmente fortes, devem prestar serviços para seus senhores, e assim tanto o senhor quanto o escravo se beneficiam (p. 38).

Aristóteles acrescenta que é legítimo capturar ou caçar bárbaros desse tipo como feras selvagens, para que possam ser conduzidos ao correto modo de vida<sup>23</sup>. Dois pontos devem ser observados quanto a isso. Primeiro, forçar os bárbaros a viver de maneira humana e civilizada não é lícito a todos ou a qualquer um, mas somente a monarcas ou a governantes de estados. Segundo, deve-se ter em mente que os bárbaros não devem ser compelidos de maneira rude, como descrita por Aristóteles, mas devem ser persuadidos suavemente e atraídos amorosamente a aceitar o melhor modo de vida. Pois somos comandados pela lei divina a amar nosso próximo como a nós mesmos. Assim como queremos que nossos próprios vícios sejam corrigidos e extirpados suavemente, assim também devemos fazer o mesmo aos nossos irmãos, mesmo que sejam bárbaros. Isso é o que Paulo ensina<sup>24</sup> (pp. 38-39).

Se quisermos ser filhos de Cristo e seguidores da verdade do evangelho, devemos considerar que, mesmo que esses povos possam ser completamente bárbaros, são criados à imagem de Deus. Eles não são tão abandonados pela divina providência de tal modo que sejam incapazes de alcançar o reino de Cristo. São nossos irmãos, redimidos pelo preciosíssimo sangue de Cristo, não menos que os homens mais sábios e eruditos do mundo inteiro. E devemos considerar ser possível que alguns deles são predestinados a se tornar famosos e gloriosos no reino de Cristo. Portanto, a esses homens que são selvagens e ignorantes em seu barbarismo devemos o direito que é deles, ou seja, a gentileza fraterna e o amor Cristão, de acordo com Paulo<sup>25</sup> (p. 39).

Portanto, embora Aristóteles, que ignorava a verdade e o amor cristãos, escreva que os sábios podem caçar os bárbaros da mesma maneira como caçariam animais selvagens, ninguém deve concluir a partir disso que os bárbaros devem ser mortos ou sobrecarregados como bestas de carga com trabalhos excessivos, cruéis, duros e rudes, e que para isso possam ser caçados e capturados pelos mais sábios. Adeus, Aristóteles. De Cristo temos o mandamento de amar o nosso próximo como a nós mesmos<sup>26</sup> (pp. 39-40).

Cristo busca almas, não propriedade. Ele, o único que é o imortal rei dos reis, anseia não por riquezas, não por prazeres, mas pela salvação da humanidade, pela qual, pregado na cruz, ofereceu a sua vida. Aquele que quer que uma grande parte da humanidade seja tal

<sup>23</sup> *Política*, livro 1, capítulo 8, 1256b7-1256b26: "[...] assim, também por natureza a arte da guerra será como que uma ciência da propriedade. Pois a arte da caça é parte dela, e essa arte tem de ser usada contra animais selvagens e contra aqueles seres humanos que, embora não queiram ser governados, são naturalmente aptos para isso, assim como essa guerra é justa por natureza". Tradução feita por mim a partir do texto de Peter Simpson.

<sup>24</sup> *Romanos* 15:1-2: "Nós, que somos os fortes, devemos suportar as fraquezas dos que são fracos, e não agir a nosso modo. Cada um de vós procure contentar o próximo, para seu bem e sua edificação". *Romanos* 15:7: "Por isso, acolhei-vos uns aos outros, como Cristo nos acolheu para a glória de Deus".

<sup>25</sup> *Romanos* 1:14-15: "Sou devedor a gregos e a bárbaros, a sábios e a simples. Daí o ardente desejo que eu sinto de vos anunciar o Evangelho também a vós, que habitais em Roma". *Colossenses* 3:11: "Aí não haverá mais grego nem judeu, nem bárbaro nem cita, nem escravo nem livre, mas somente Cristo, que será tudo em todos".

<sup>26</sup> *Mateus* 22:39: "E o segundo mandamento, semelhante a este, é: Amarás teu próximo como a ti mesmo". 1 *Coríntios* 13:5: "A caridade não busca os seus próprios interesses".

que, seguindo os ensinamentos de Aristóteles, ele possa agir como um feroz carrasco em relação a ela, e submetê-la à escravidão, e assim ficar rico, esse é um senhor despótico, não um cristão, um filho de Satanás, não de Deus, um saqueador, não um pastor, uma pessoa guiada pelo espírito do diabo, não do céu. Se você busca índios para que, suavemente, mansamente, humanamente, e de maneira cristã você possa instruí-los na palavra de Deus, e pelo seu trabalho trazê-los ao rebanho de Cristo, imprimindo o suave Cristo em suas mentes, você realiza a obra de um apóstolo e receberá uma coroa imperecível de glória de nosso cordeiro sacrificado. Entretanto, se for para que, pela espada, pelo fogo, pelo massacre, pelo embuste, pela violência, pela tirania, pela crueldade, e por uma desumanidade pior do que bárbara, você possa destruir e saquear povos completamente indefesos que estão prontos para renunciar ao mal e receber a palavra de Deus, você é um filho do diabo e o saqueador mais horrível de todos<sup>27</sup> (p. 40).

A caça que é praticada pelos apóstolos é diferente daquela que Aristóteles ensinou. Embora ele fosse um filósofo profundo, não foi digno de ser capturado na caça para que chegasse a Deus através do conhecimento da verdadeira fé (p. 41).

Capítulo 4. Em consequência dos pontos que esclarecemos até aqui, fica clara a distinção que Aristóteles faz entre os dois tipos de bárbaros. Pois aqueles bárbaros que ele aborda no primeiro livro da *Política* são bárbaros no sentido estrito e absoluto da palavra, ou seja, estúpidos e sem capacidade racional para o autogoverno. Não têm leis, nem rei, etc. Por isso, são por natureza inaptos para governar. No entanto, ele admite e prova que os bárbaros dos quais ele trata no terceiro livro da mesma obra têm um governo legítimo, justo e natural (embora se assemelhe a uma tirania). Mesmo que não tenham a arte e o uso da escrita, eles não carecem da capacidade e da habilidade de governar a si mesmos, publicamente e privadamente (p. 41-42).

Portanto, se entre os índios há importantes reinos, grandes números de pessoas que vivem vidas estabelecidas em sociedade, grandes cidades, reis, juízes e leis, pessoas que fazem comércio, compra, venda, empréstimo e os outros contratos da lei das nações, então parece ficar provado que Sepúlveda falou de maneira errada ou viciosa contra tais povos, por malícia ou ignorância do ensinamento de Aristóteles, e assim os difamou falsamente e talvez irreparavelmente diante do mundo inteiro. A partir do fato de que os índios são bárbaros, não se segue necessariamente que são incapazes de governar a si mesmos e devam ser governados por outros, exceto para ser ensinados sobre a fé católica e ser admitidos nos sagrados sacramentos. Muito antes de conhecerem os espanhóis, eles viviam em populosas cidades em que administravam sabiamente os assuntos de paz e guerra, governados por leis que em muitos pontos superam as nossas e que poderiam ganhar a admiração dos sábios de Atenas (pp. 42-43).

Las Casas cita o historiador Pompeu Trogo, que afirma que os espanhóis só deixaram de ser bárbaros depois de ser subjugados pelo império romano. Com isso, Las

<sup>27</sup> Mateus 11:30: "Porque meu jugo é suave e meu peso é leve".

Casas pergunta se Sepúlveda, em sua esperteza, acha que a guerra dos romanos contra os espanhóis, com o objetivo de livrar os espanhóis da barbárie, foi justa. E pergunta se Sepúlveda acha que a guerra dos espanhóis contra os romanos, com o objetivo de se defender dos romanos, foi injusta (p. 43).

Os índios são tão habilidosos em todas as artes mecânicas, que com todo direito devem ser colocados à frente de todas as nações, de tão belas que são as suas obras de arquitetura, pintura e bordado. Mas Sepúlveda despreza essas artes mecânicas, como se elas não refletissem a inventividade, a indústria e a reta razão (p. 44).

Nas artes liberais que lhes foram ensinadas até agora, como a gramática e a lógica, os índios são notavelmente aptos (p. 44).

Oviedo, o autor da *História* citada por Sepúlveda, foi um senhor despótico que manteve índios oprimidos pela escravidão. O Conselho, que aprovou tal livro, não sabe se todo o seu conteúdo é verdadeiro (pp. 45-46).

Mesmo se concedêssemos que os índios não têm perspicácia mental ou habilidade artística, eles certamente não seriam obrigados a se submeter aos que são mais inteligentes e a adotar seus modos, de tal maneira que, se eles se recusassem, poderiam ser subjugados por meio da guerra e ser escravizados, como tem ocorrido. Pois há muitas coisas que os homens são obrigados a fazer pela lei natural, mas que não podem ser forçados a fazer contra a sua vontade. Nem mesmo um homem verdadeiramente sábio pode forçar um bárbaro ignorante a se submeter a ele, sem cometer uma injustiça. Não se pode fazer um mal para produzir um bem (p. 46).

Se a guerra contra os índios fosse justa, qualquer nação poderia se levantar contra qualquer outra, sob o pretexto de sabedoria superior, e poderia se esforçar para subjugar a outra. Se Sepúlveda achar que há alguma outra nação mais sábia do que a Espanha, como em sua modéstia ele deve achar, então deveria aceitar que a Espanha deva se submeter a ela. Na verdade, a lei eterna arranhou e determinou todas as coisas em admirável proporção e ordem. Pela lei eterna, toda nação tem um governante ou príncipe, e é errado que uma nação ataque outra sob o pretexto de ter uma sabedoria superior, pois isso seria uma grande injustiça e uma desculpa mentirosa para saquear os outros. Por isso, toda nação, não importa o quanto seja bárbara, tem o direito de se defender contra uma outra mais civilizada que queira conquistá-la e destituí-la de sua liberdade. Ela pode até mesmo punir legitimamente a mais civilizada como uma agressora selvagem e cruel que fere a lei natural, e essa guerra seria mais justa do que aquela feita contra ela sob o pretexto de sabedoria (pp. 47-48).

Sepúlveda propõe também o argumento de que, por natureza, o menos perfeito se submete ao mais perfeito, assim como a matéria à forma, o corpo à alma, o sentido à razão. Las Casas afirma que não nega isso. No entanto, isso é verdadeiro somente quando dois elementos se unem por natureza em ato primeiro, como quando a matéria e a forma dão ser a uma coisa, unindo-se em um composto (p. 48).

E é falso o argumento de Sepúlveda segundo o qual qualquer pessoa pode ser compelida, mesmo contra a sua vontade, a fazer coisas que lhe são benéficas. Agostinho, que Sepúlveda cita nesse argumento, se refere a hereges que a Igreja compele para manterem seus votos batismais, não simplesmente porque são benéficos para eles, mas porque eles fizeram uma promessa a Deus e, assim, se vincularam a uma obrigação especial. Pois não é suficiente argumentar que os votos são benéficos para eles. Nenhum infiel pode ser forçado a receber o batismo. Uma pessoa pode e deve ser forçada a fazer um bem que prometeu, mas não um bem que não prometeu (pp. 48-49).

Capítulo 5. O quarto tipo de bárbaro é entendido no sentido que inclui todos aqueles que não conhecem Cristo. Pois não importa o quanto um povo seja bem governado ou o quanto um homem seja filosófico, eles estão sujeitos à completa barbárie, ou seja, a barbárie do vício, se não estiverem imbuídos dos mistérios da filosofia cristã. Tais vícios só podem ser purificados pelos sacramentos e pelo poder da lei cristã, a única lei imaculada que converte almas e liberta e purifica os corações dos homens de todo vício e de toda superstição e idolatria, que são a fonte de todos os males que tornam a vida pública e privada miserável e infeliz (pp. 49-50).

O povo romano procurou decretar leis para todas as outras nações a fim de dominá-las e foi altamente louvado pela sua habilidade e sabedoria política. Porém, esse povo era governado por vícios abomináveis e práticas detestáveis, especialmente em seus jogos vergonhosos e sacrifícios odiosos, como nos jogos e peças encenados no circo e nos sacrifícios obscenos a Príapo e Baco. Esse era o povo que chamava todos os outros povos de bárbaros, embora nenhum outro bárbaro pudesse fazer algo mais absurdo ou tolo. Se os gregos e os romanos se abstiveram daqueles crimes horríveis e vícios repugnantes, o crédito se deve ao esplendor do evangelho (p. 50).

Todos os que são destituídos da verdade cristã e se aprofundam em vícios e crimes e se desviam da razão de muitas maneiras, não importando o quanto sejam versados nas habilidades de governo, e todos os que não adoram Cristo, seja porque nunca ouviram falar dele ou porque ouviram mas o rejeitaram, todos esses são verdadeiros bárbaros<sup>28</sup> (p. 51).

Las Casas afirma que a Igreja, na Sexta-feira Santa, reza para que os bárbaros sejam libertados da idolatria e sejam trazidos ao rebanho da Igreja (p. 52).

Que os ímpios e os que induziram Sepúlveda a defender uma causa maligna parem de citar Aristóteles contra a nossa posição. Eles não entendem ou não querem entender a distinção que Aristóteles e os santos doutores fizeram quanto aos bárbaros (p. 53).

---

<sup>28</sup> *Atos dos Apóstolos* 28:1-2: "Estando já salvos, soubemos então que a ilha se chamava Malta. Os indígenas trataram-nos com extraordinária benevolência". Las Casas explica que, nessa passagem, os indígenas são chamados de "índigenas" ou "bárbaros", não porque fossem selvagens, mas porque não conheciam Cristo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentarei agora um resumo dos cinco capítulos vistos acima. No Capítulo 1, Las Casas propõe que a palavra “bárbaro” pode ser entendida em quatro sentidos, que podem ser inferidos a partir das obras de Aristóteles, de Tomás de Aquino e de outros doutores católicos. O primeiro sentido é impreciso e amplo, e por ele entende-se todo homem cruel, selvagem e desumano, que age contra a razão, movido por ira ou por disposição nativa. Esse sentido pode incluir até mesmo espanhóis cristãos que massacraram os índios.

No Capítulo 2, Las Casas explica o segundo e o terceiro sentido e por que o bárbaro do terceiro sentido é raro. No segundo sentido, que é relativo, entende-se todo homem que fala uma língua estrangeira e não sabe expressá-la por escrito. Aristóteles se refere a esse tipo de bárbaro no livro 3 da *Política*, onde reconhece que tais bárbaros possuem reis hereditários, que são estáveis, segundo a lei e que governam sobre súditos voluntários. No terceiro sentido, que é absoluto, entende-se todo homem que é bestial, selvagem e insociável, por causa de seu caráter maligno ou por causa da esterilidade da região em que vive. Aristóteles se refere a esse tipo de bárbaro no livro 1 da *Política*, onde o chama de escravo por natureza. Entretanto, Las Casas explica que esse tipo é raro e em número muito pequeno em qualquer lugar do mundo, como o próprio Aristóteles nota no livro 7 da *Ética a Nicômaco*. Segundo Las Casas, esse tipo é uma anomalia na natureza racional. Se existisse em grandes números, isso significaria que o plano de Deus foi ineficaz na maior parte, e haveria uma grande redução na perfeição do universo, o que é uma proposição teologicamente inconveniente. Las Casas cita Tomás de Aquino (*Suma de Teologia*), que ensina que Deus criou as coisas mais perfeitas em maior número do que as coisas menos perfeitas, como os anjos em maior número do que os seres materiais. Ademais, segundo Tomás, os anjos que permaneceram no céu são mais numerosos do que os que decaíram, pois o pecado é contrário à inclinação natural, e o que é contra a ordem natural ocorre com menor frequência.

No Capítulo 3, Las Casas mostra o que pensa sobre um determinado ponto da *Política* de Aristóteles. Aristóteles (no livro 1) afirma que é legítimo caçar bárbaros do terceiro tipo como se fossem animais selvagens, a fim de conduzi-los ao melhor modo de vida. Las Casas faz duas observações sobre isso. Primeiro, não é qualquer um que pode licitamente fazer tal caça, mas apenas monarcas ou governantes de estados. E segundo, os bárbaros não podem ser compelidos da maneira rude que é descrita por Aristóteles, mas devem ser persuadidos suavemente e atraídos amorosamente a aceitar o melhor modo de vida, pois a caça que é praticada pelos apóstolos cristãos é totalmente diferente daquela que Aristóteles ensinou.

No Capítulo 4, Las Casas responde a mais alguns argumentos de Sepúlveda. Sepúlveda difama os índios, pois, mesmo que eles sejam chamados de bárbaros, permanece o fato de que possuem reinos estabelecidos, cidades, reis, leis sensatas,

peças que fazem comércio, etc. Os espanhóis também já foram bárbaros, antes de serem subjugados pelo império romano. Os índios são habilidosos nas artes mecânicas e mostram notável aptidão para as artes liberais. O testemunho de Oviedo sobre os índios é falso, pois ele manteve índios escravos. Mesmo que os índios fossem considerados inferiores aos espanhóis, não seria justo forçá-los a se submeter contra a sua vontade por meio da guerra e da escravidão.

E no Capítulo 5, Las Casas explica o quarto sentido da palavra “bárbaro”. Por esse sentido se entende todo aquele que não conhece Cristo, seja porque nunca ouviu falar dele, seja porque já ouviu, mas o rejeitou.

Assim, conclui notando que a inspiração que Las Casas obtém diretamente das palavras de Tomás de Aquino é mais evidente no Capítulo 2, onde ele faz a distinção entre o segundo e o terceiro tipo de bárbaro, que corresponde à distinção que Tomás (no *Comentário à Política*) faz entre o bárbaro em sentido relativo e o bárbaro em sentido absoluto. Ainda nesse capítulo, Las Casas cita a *Suma de Teologia* para argumentar que os seres mais imperfeitos são muito menos numerosos que os seres mais perfeitos, e assim, os bárbaros do terceiro tipo são muito raros em relação ao restante da humanidade. Nos Capítulos 3 e 4, Las Casas procura refutar Sepúlveda baseando-se na sua própria experiência vivida no continente americano e no seu conhecimento sobre o direito e a teologia sagrada. E nos Capítulos 1 e 5, Las Casas mostra que sabe prolongar a inspiração primordial de Tomás de Aquino, confrontando-a com os problemas cruciais da humanidade em cada tempo histórico, pois ele acrescenta à palavra “bárbaro” um sentido amplo e impreciso e um outro sentido que vem diretamente da teologia sagrada e que podemos dizer que corresponde exatamente ao sentido de “infel”, tal como tratado por Tomás de Aquino na *Suma de Teologia* (II-II, q. 10), um tratamento que Las Casas ainda citará muitas vezes em capítulos posteriores da *Apologia*<sup>29</sup>.

Que Bartolomeu de Las Casas conheça o essencial da doutrina de Tomás de Aquino e tenha a arte de prolongar a inspiração primordial do mestre, isso não é de se estranhar, pois, como diz Carlos Josaphat:

Estes [Francisco de Vitória e a Escola de Salamanca] liam a *Suma de Teologia* na amplidão de espírito e no clima de intercâmbio histórico e cultural em que foi escrita. O que caracteriza esse tipo de leitura abrangente não é a rejeição de outro modelo mais restritivo de tomismo. A diferença está na opção de uma prioridade, em querer e saber discernir o essencial do paradigma filosófico e teológico de Tomás e de “ter a arte” de prolongar essa inspiração primordial do Mestre confrontando-a com os problemas cruciais para a humanidade em um momento de virada histórico, como a época dos Descobrimentos e do humanismo renascentista.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Ver RANDAZZO GOMES, A. R. Tomás de Aquino e a infidelidade na Apologia de Las Casas (c. 6-27). *Revista Paranaense de Filosofia*, v. 4, n. 1, 2024, 111-132.

<sup>30</sup> JOSAPHAT, 2012, p. 879.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Aristóteles. Ética a Nicômaco. Os Pensadores*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. *The Politics of Aristotle*. Translated, with introduction, analysis and notes by Peter L. Phillips Simpson. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.

CARRO, Venancio. Los postulados teológico-jurídicos de Bartolomé de Las Casas. Sus aciertos, sus olvidos y sus fallos, ante los maestros Francisco de Vitoria y Domingo de Soto. *Anuario de Estudios Americanos*, v. 23, 1966, 109-246.

FAHEY, Joseph. Uma visão geral de quatro tradições sobre guerra e paz na história cristã. *Perspectivas*, v. 8(3), 2023, 224-246.

GUTIÉRREZ, Jorge Luis. *Aristóteles em Valladolid*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2007.

HANKE, Lewis. *All mankind is one: A study of the disputation between Bartolomé de Las Casas and Juan Ginés de Sepúlveda on the religious and intellectual capacity of the American Indians*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1974.

\_\_\_\_\_. *Aristotle and the American Indians: A study in race prejudice in the modern world*. Bloomington & Londres: Indiana University Press, 1959.

JOSAPHAT, Carlos. *Paradigma teológico de Tomás de Aquino. Sabedoria e arte de questionar, verificar, debater e dialogar. Chaves de leitura da Suma de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2012.

LAS CASAS, Bartolomeu de. *In defense of the Indians. The defense of the most reverend lord, Don Fray Bartolomé de Las Casas, of the Order of Preachers, late Bishop of Chiapa, against the persecutors and slanderers of the peoples of the New World discovered across the sea*. Translated and edited by Stafford Poole. Foreword by Martin E. Marty. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Liberdade e justiça para os povos da América. Oito Tratados Impressos em Sevilha em 1552. Obras completas II*. Coordenação geral, introduções e notas de Frei Carlos Josaphat. Tradução de Hélio Lucas et al. São Paulo: Paulus, 2010.

\_\_\_\_\_. *Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião. Obras completas I*. Coordenação geral, introduções e notas de Frei Carlos Josaphat. Tradução de Noelia Gigli e Hélio Lucas. São Paulo: Paulus, 2005.

RANDAZZO GOMES, André Ricardo. Tomás de Aquino e a infidelidade na Apologia de Las Casas (c. 6-27). *Revista Paranaense de Filosofia*, v. 4, n. 1, 2024, 111-132.

TOMÁS DE AQUINO. *Commentary on Aristotle's Politics*. Translated by Richard J. Regan. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2007.

\_\_\_\_\_. *Suma Teológica. Volume 2*. Coordenação geral de Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira, OP. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

TOSI, Giuseppe. *Aristóteles e o Novo Mundo: A controvérsia sobre a conquista da América (1510-1573)*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2021.

VARACALLI, Thomas Francis Xavier. *The Thomism of Bartolomé de Las Casas and the Indians of the New World*. Dissertação (Doutorado em Filosofia), Louisiana State University and Agricultural and Mechanical College, Baton Rouge, 2016.